



## Interpeleção Escrita

Estabeleceu-se, no seio do sistema de saúde pública de Macau, o regime de serviços médicos no exterior, com a finalidade de suprir as insuficiências dos recursos de saúde locais. Ao longo do tempo, este regime tem sido alvo de críticas, por falta de transparência, demora na apreciação e autorização, injustiça processual, etc. Não pretendemos, naturalmente, criticar as lacunas de tal regime, mas, sim, abordar a questão dos serviços médicos no exterior para tratamento da fertilidade.

Devido à falta da técnica de inseminação artificial no Centro Hospitalar Conde de S. Januário (CHCSJ), bem como à falta de regulamento administrativo em Macau para fiscalização de tal prática e técnica, as pessoas em questão têm, então, que recorrer ao regime dos serviços médicos no exterior a fim de serem encaminhadas para o *Queen Mary Hospital* em Hong Kong para o devido tratamento.

Mas, recentemente, o CHCSJ recorreu à implementação da contenção económica como pretexto para cessar, plenamente, tais serviços, razão pela qual, as pessoas não podem sujeitar-se ao devido tratamento e, a par disso, as que têm o tratamento em curso têm de suspendê-lo. Ora, desde o estabelecimento da RAEM, o orçamento dos Serviços de Saúde subiu, significativamente, de 1,1 mil milhões para 7 mil milhões no corrente ano. Apesar das abundâncias orçamentais, as autoridades da saúde recorreram à contenção económica como pretexto para cessar os referidos serviços, situação que é incompreensível e esquisita.

Entretanto, tanto o Chefe do Executivo, Chui Sai On, como o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, sublinharam que, apesar dos



actuais ajustamentos no âmbito das receitas do imposto sobre o jogo, não iam diminuir, absolutamente, as despesas inerentes à vida da população, nomeadamente, nas áreas de saúde, educação, entre outras. Mas a prática supramencionada contraria, obviamente, o compromisso assumido pelo Governo.

Para além disso, os custos com a assistência médica pagos por não residentes são 200% dos pagos por residentes, e tal medida contribui para fazer sobressair o estatuto prevaiente dos residentes locais. De facto, os custos com a assistência médica pagos por não residentes são ainda inferiores aos dos territórios vizinhos. Além do mais, a política de dois filhos vai ser adoptada no Interior da China, sendo então previsível que, no futuro, um grande número de mulheres grávidas venha a Macau para dar à luz, o que originará grandes encargos e pressão sobre os recursos sociais locais, que já são escassos. Em Hong Kong, a chegada de mulheres grávidas do Interior da China para lá dar à luz suscitou já grande impacto social, visto que as mesmas partilham dos recursos sociais dos residentes de Hong Kong. É provável que venha a acontecer em Macau a mesma situação.

Pelo exposto, propomos ao Governo que proceda à liberalização do mercado dos cuidados de saúde, aproveitando os terrenos desocupados já retomados como incentivo para que instituições médicas do exterior e de elevado nível sejam atraídas para cá virem desenvolver as actividades, suprimindo assim os escassos recursos de saúde locais.

**Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:**

1. Embora os Serviços de Saúde tenham um orçamento que atinge 7 mil



milhões, os mesmos continuaram a recorrer à contenção económica como pretexto para cessar, de imediato e plenamente, os serviços supramencionados, o que contraria, obviamente, os compromissos assumidos publicamente pelo Governo. Como é que o Governo explica esta decisão? Em que critérios se baseou para a distribuição dos recursos?

2. Actualmente, as informações relativas ao nível do tratamento das diversas doenças não são claras. Que doenças é que as autoridades de saúde têm a capacidade de curar e quanto tempo é preciso, e que doenças é que as autoridades de saúde não têm a capacidade de curar e precisam de enviar os doentes para o exterior para o devido tratamento, são estas as informações que a população desconhece. O Governo deve organizar estas informações para serem publicadas, a fim de facilitar aos residentes uma melhor escolha do seu plano de saúde. Vai o Governo fazer isto?
3. O Governo deve aproveitar os terrenos desocupados já retomados, como incentivo para que instituições médicas do exterior, e de elevado nível, sejam atraídas para cá virem desenvolver as actividades, no sentido de prosseguir os objectivos de desenvolvimento definidos no plano de desenvolvimento quinquenal, e no âmbito do turismo de saúde e da plataforma de saúde. Vai o Governo fazer isto?

27 de Novembro de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
José Pereira Coutinho**